

Delma Pessanha Neves

Professora participante do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense e professora convidada do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Os Dados Quantitativos e os Imponderáveis da Vida Social

Introdução

Assumir a análise de algumas das relações entre as possibilidades explicativas de métodos quantitativos e qualitativos é reconhecer, ultrapassando, o falso debate construído em torno da concorrência da eficácia interpretativa e da objetividade de diferenciados instrumentos de coleta de informações, de demonstração de dados e de construção de representações sobre a vida social. Tal debate é antes de tudo desrespeitoso dos princípios metodológicos assim defendidos, pois que um conjunto de instrumentos é avaliado pela atribuição de eficácia ao outro. Portanto, compreende-se um pelo outro ou não se reconhece a especificidade de cada um¹.

Outrossim, o debate das virtudes de um *versus* os limites do ou-

tro diz muito mais respeito ao mau uso e à má aplicação de ambos do que às potencialidades, às virtualidades e aos constrangimentos a eles inerentes. Contudo, como o mau uso se fundamenta em crenças consagradas que devem ser dessacralizadas para que os dados quantitativos e qualitativos possam se submeter às perguntas pertinentes, algumas referências às problemáticas implícitas no debate devem ajudar a reconstruir um diálogo possível.

Thompson (1987, Vol. II, capítulo II), por exemplo, resalta os problemas das generalizações fundamentadas no mito da média, que, considerada enquanto tal, viabiliza a elaboração de noções e conceitos que costumam obscurecer mais do que revelar. A média constitui uma forma de representação da realidade que pressupõe

a agregação necessariamente indiscriminada de dados. Ela se sustenta assim na criação de figuras completamente vagas, cuja pretensão é construir aproximações diante da realidade. Deste modo admitida, opera por afastamentos e por criação de abstrações que respondem apenas à teoria que a cria. O princípio matemático que a informa o é também o que a desqualifica enquanto modo de explicação objetiva, pois que, lembra Thompson, não se pode calcular a média de quantidades dessemelhantes. Ao se adotar tal postura, o que se faz, insiste ele, é esboçar um juízo de valor por qualidades indefiníveis. Embora ele se contraponha a tal noção destacando que os fatos não são tão claros como supõe o método estatístico, ele também reconhece a especificidade dos domínios desta aplicação, pois que alguns deles resistem tenazmente a

¹ Para o exercício crítico dessa postura metodológica, ver Combessie, 1996.

um tratamento estatístico.

O mau uso dos métodos quantitativos e qualitativos fundamenta-se na aceitação de uma magia social, qual seja fazer existir uma coleção, uma série ou uma uniformização, no primeiro caso, ou a transparência entre o que se diz e o que se faz e a estrutura de relações sociais, no segundo. A magia se fundamenta na imposição de termos necessários à computação, por isso mesmo, genéricos, quase sempre negando o que querem produzir de verdade porque encoberdores dos limites explicativos. A crença na transparência se fundamenta na objetividade dos fatos e na demissão explicativa dos atos sociais que permitem a observação.

Utilizados por si mesmos, a crença incide sobre os instrumentos de coleta de informações. Outrossim, pauta-se sobre uma visão ideológica da sociedade distanciada do reconhecimento de que os fatos sociais, sendo de índole coletiva, não se realizam plenamente em nenhum indivíduo entrevistado. Portanto, a soma de informações quantitativas ou qualitativas não faz os fatos sociais saltarem à vista. Sob quaisquer dos recursos de obtenção de informações, a compreensão impõe a articulação de elementos como produto de uma operação mental do analista.

Outra ineficácia do debate é a pressuposição de concorrência quanto ao alcance da exatidão, ou seja, a crença ou a ilusão da acurácia. Quaisquer dos instrumen-

tos de coleta e interpretação de informações operam pela criação de representações segundo pontos de vista privilegiados. Pressupõem, portanto, margem de erros que não as invalidem à credibilidade, seja a fundada na amostragem, seja a fundada na redução do modelo, seja a fundada em etnografias. Em quaisquer dos métodos, estão em pauta as representações construídas segundo critérios de pertinência de variáveis e fundamentadas num ponto de vista. Está em jogo a construção de modelo (um como se), através da combinação do sistema de relações entre conceitos (conjunção de significados), a partir dos quais se interroga o real (sem com este se confundir). Quaisquer das interpretações se ancoram na seleção de dados cuja significação só tem sentido a partir de sua pertinência a uma teoria que as informa. Tanto os dados quantitativos como os qualitativos são imagens de síntese e de privilegiamentos *a priori* defendidos.

Tanto o olhar subjacente à elaboração do dado quantitativo como ao dado qualitativo exigem a explicitação dos modos de construção destas operações. Como o domínio das regras de procedimento antecede ao olhar direto, é preciso uma postura metodológica que assegure a consciência dos procedimentos e das regras que orientam a coleta e a interpretação.

Portanto, o que está em jogo no debate sobre as vantagens objetivas de cada método é o mau uso: sua aplicação em domínios não pertinentes, descuidada da expli-

cação dos procedimentos e da problematização das informações e ancorada na pretensão de captação da fotografia instantânea. É a defesa da crença de que é possível construir teorias a partir do cruzamento de dados e da transparência das falas e das ações dos agentes sociais, negando-as enquanto respostas a problemáticas previamente construídas. É a aceitação de uma concepção ideológica da sociedade, fundamentada numa representação atômica ou individualista do social, isto é, no limite, uma adição de indivíduos. Ou numa concepção de cultura como soma de opiniões e comportamentos individuais (cf Pelto & Pelto, 1978). Enfim, o que está em jogo neste infundável debate é a crença no empiricismo calcado na aceitação acrítica da eficácia das técnicas e na inconsciência das problemáticas ideológicas que o alimentam.

As Especificidades das Opções Metodológicas

A particularidade dos métodos quantitativos

“A informação estatística resulta de um trabalho de conceituação, de organização, de observação, de exploração, e essas operações têm um custo... Resulta de uma opção que se funda na perda de informação para ganhar sentido. Ancora-se no princípio da similitude, isto é um princípio de equivalência sob uma certa relação. A comen-

surabilidade não é uma propriedade dos objetos, mas uma qualidade que lhes atribui o observador” (Besson, 1996: 42-45)

Os métodos quantitativos fundam-se na construção de um ponto de vista que interpreta o que se atribui realidade, a partir de instrumentos de coleta orientadores da uniformização das possíveis respostas. Incorporam um sistema de representação objetivada em categorias classificatórias ou um conjunto de termos elaborados mediante uma visão específica do social que pretende explicar ou modelizar. Aplicam-se aos dados que são passíveis de serem homogeneizados. Restringem-se ao domínio dos fenômenos que podem se submeter ao exercício analítico das equivalências ou da abstração das particularidades individuais. Pressupõem a demonstração do modo de construção do arbitrário, constitutivo da possibilidade de quantificar. Por isso, a produção de categorias se objetiva e se legitima pela explicitação dos modos de sua construção e pela explicitação de seus significados: os objetivos para os quais foram construídas, o que dizem, o que englobam, o que excluem, o que valorizam e o que desqualificam para análise. Essa especificação também o é dos limites e das potencialidades interpretativas. Em consequência, os índices numéricos devem ser usados com discrição para não se dar por concluída a investigação no ponto exato em que ela adquire o verdadeiro interesse sociológico.

A codificação de grande massa

de informações responde a interesses que devem ser precisados, na maior parte das vezes políticos. Reconhecendo a imposição política de interesses em torno do controle da população e da construção da capilaridade do poder, Foucault, aplicando o método arqueológico sobre dados quantificados, revela alguns dos objetivos políticos desta operação, no momento mesmo de sua constituição enquanto instrumento de interpretação:

“Mas, por volta do século XVIII nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo. E não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade mas sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais. Levar ‘em conta’ o sexo, formular sobre ele um discurso que não seja unicamente o da moral, mas da racionalidade, eis uma necessidade suficientemente nova para, no início, surpreender-se consigo mesma e procurar desculpar-se... O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos.” (Foucault: 1977:26-7)

A necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos foi por ele apreendida, a partir de uma série de exemplos de informações categorizadas para serem submetidas à quantificação:

“Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII foi

o surgimento da ‘população’, como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe. Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um ‘povo’, porém com uma ‘população’ com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, forma de alimentação e de habitat. Todas essas variáveis situam-se no ponto de intersecção entre os movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições...” (Foucault: 1977:28)

Portanto, os dados quantitativos correspondem a necessidades de conhecimento em plano geral ou de massa e respondem aos que desta informação têm necessidade, como é o caso dos órgãos do Estado em particular. A informação estatística é, conforme lembra Besson (1995: 39), de ordem estratégica, porque coloca o observado como objeto e é produtora de efeitos.

Os imponderáveis da vida social

Muitos universos não se prestam a computações e ponderações porque se organizam a partir de um conjunto de valores, normas, enfim, representações sociais exprimíveis pela linguagem e apreendidas pela observação direta de quem por eles se interessa. Muitas atividades estão fora de controle e existem porque defendem a clan-

destinidade, o sigilo e a existência extra-oficial. Estão assim fora do alcance da quantificação, como assinalava Malinowski:

“Em outras palavras, há uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados através de perguntas, ou em documentos quantitativos, mas devem ser observados em sua plena realidade. Denominemo-los os imponderáveis da vida real. Entre eles se incluem coisas como a rotina de um dia de trabalho, os detalhes do cuidado com o corpo, da maneira de comer e preparar as refeições; o tom das conversas e da vida social ao redor das casas da aldeia; a existência de grandes amizades e hostilidades e de simpatias e antipatias passageiras entre pessoas; a maneira sutil, mas inquestionável, em que as vaidades e ambições pessoais se refletem no comportamento do indivíduo e nas reações emocionais dos que o rodeiam. Todos esses fatos podem e devem ser cientificamente formulados e registrados, mas é necessário que o sejam, não através de um registro superficial de detalhes, como é habitualmente feito por observadores sem treinamento, mas por um esforço de penetração da atitude mental que neles se expressa. E é por esta razão que o trabalho dos observadores cientificamente treinados, uma vez seriamente aplicado ao estudo desse aspecto, proporcionará, eu o creio, resultados de maior valor. Até agora apenas o têm feito os amadores e portanto, no conjunto, têm-no feito indiferentemente.

Na verdade, se recordarmos que esses imponderáveis, porém importantíssimos, fatos da vida real constituem parte do verdadeiro tecido da vida social, que neles se emaranham os inumeráveis fios que mantêm unidos a família, o clã, a comunidade aldeã, a tribo – seu significado se torna claro. (Malinowski, 1975: 55).

Muitas outras dimensões valorizadas para a compreensão do social estão excluídas da captação pelo olhar que valoriza a homogeneidade para construir significações, mesmo que não compreendidas como imponderáveis. As formas distintas de relação e de práticas sociais e as diferenciações são relativamente imunes ao uso da análise quantitativa. A diversidade e as médias são inconciliáveis². A dinâmica e a fluidez das posições estão fechadas a uma avaliação quantitativa. Os sistemas normativos ou ideológicos, os modos de combinação de atividades, que negam a fixidez das posições, da mesma forma, não podem ser apreendidos pelo ponto de vista computacional ou causal.

Se se condena a representatividade numérica em nome da tentativa de cobrir a relacional diferenciação social, isto é, a construção da diversidade de posições, a sociedade passa então a ser concebida como um conjunto de modos especiais de conduta a partir dos quais os agentes reciprocamente orientam seu agir. Neste caso, está em jogo um objeto de estudo apreensível por um variado agre-

gado de formas de comportamento e uma complicada rede de interações; um sistema de desvios de níveis diferentes, cujos sentidos só podem ser apreendidos relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções, dificilmente captadas por noções sustentadas em relações causais, contingenciais ou modais. Não sendo a sociedade pensada como realidade subsistente ou substantiva, mas pela conjunção de modos coletivos de condutas capazes de prevê-las, apenas a indução pode revelar o sistema de relações sociais que informam e são informadas pelas representações e práticas.

A generalização possível se sustenta na elaboração de modelos ou sistema de analogias, isto é, conjunto de suposições para pensar processos interrelacionados como se constituíssem unidade autônoma. A generalização revela a cristalização de formas e de processos típicos, explicitados sob determinados conceitos.

Assim sendo, as condutas e os comportamentos só podem ser compreendidos por outras medições, nas quais a observação e a convivência do observador são fundamentais. Os fatos sociais, enquanto crenças e opiniões, definem-se pelo que pensam e fazem as pessoas que lhes dão existência.

Se a descoberta personalizada é o primeiro passo para a apreensão dos imponderáveis da vida social, esta revelação não é suficien-

• • • • •
 • ² Ver Thompson, 1987, Vol. II, Capítulo II, Os trabalhadores rurais: 39-69.

te para assegurar a credibilidade dos resultados. Sobre esta forma também se impõe a suspeita de subjetividade e a necessidade de demonstração como recurso de conquista da cientificidade.

A objetividade das interpretações obtidas pelos dados qualitativos depende da definição clara dos conceitos básicos, das unidades fundamentais de análise, do uso dos instrumentos e da tomada de consciência das relações em que se engajam pesquisador e pesquisado. A objetividade se sustenta na dessacralização do mistério do trabalho de campo e na reivindicação da crença na credibilidade de quem se emergiu no mundo que desejava pesquisado ou para si mesmo revelado.

Os métodos quantitativos e qualitativos: os diálogos sempre possíveis

Se há domínios específicos para a aplicação de cada conjunto de instrumentos e meios de captação e interpretação de informações, outros tantos podem estar submetidos aos dois olhares, desde que respeitadas as especificidades dos modos de construção das representações em que todos os dois métodos se apoiam. Mais que isso, os diálogos são sempre recomenda-

dos enquanto possibilidades de controle das interpretações e de extensão da perspectiva e dos domínios encobertos³.

As estatísticas devem e podem ser utilizadas para desconcertar as primeiras impressões. Os índices estatísticos fornecem ao pesquisador, orientado por métodos qualitativos, direções ou orientações gerais. Podem subsidiar inferências e propiciar o teste de hipóteses. Podem decompor as ilusórias “totalidades”, substituindo-as por unidades sociológicas construídas mediante critérios explícitos. Podem apontar para novas relações ou induzir à busca de ordens evidenciadas nas exceções. Enfim, elas podem separar o que está unido e unir o que está separado enquanto princípio heurístico⁴.

As possibilidades do diálogo entre tais métodos fundam-se no respeito aos princípios metodológicos que os informam. Sob quaisquer dos casos, importa ao analista o aprendizado da disposição mental condicionante da invenção e da demonstração. Importa a explicitação da lógica do descobrimento e da construção de representações cultivadas.

O diálogo só se torna possível se respeitoso de determinados princípios metodológicos como aque-

les que orientam a retradução necessária à reconsideração de dados construídos segundo outros objetivos. A vigilância epistemológica do uso de categorias já construídas exige uma explicitação metódica das problemáticas já incorporadas e constitutivas do novo tratamento⁵. A auto-demissão diante deste a priori se sustenta na crença de que se é possível se considerar diferente o idêntico e idêntico o diferente, comparar o incomparável e se omitir a comparar o comparável (cf Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1975).

No caso do uso de dados interditados à desagregação, o analista deve se contentar com os limites impostos, negando-se ao proselitismo e às projeções abstratas. E mais, explicitar os limites da compreensão, bem como os desdobramentos desta restrição. Na utilização de dados construídos para outros fins, importam a compreensão do sentido e da significação das categorias em jogo, bem como a tomada de consciência das operações de codificação, de forma a não cair no esvaziamento do significado da classificação valorizada para categorização. Importa demonstrar quais articulações e hierarquias estão fora dos dados estatísticos ou não podem ser por eles admitidas. Importa destacar os riscos de superdimensionamento

• • • • •

³ Para a contribuição de alguns antropólogos neste diálogo, ver Chibnik, 1985, Gluckman, 1967, Mitchell, 1967, Van Velsen, 1967.

⁴ Ver Cicourel, 1975.

⁵ De modo bastante objetivo exemplifica Bourdieu: os que esperam milagres dos arquivos, dos dados e dos computadores desconhecem o que separa os objetos pré-construídos considerados fatos científicos dos objetos reais. Os objetos dos museus oferecem sempre indagações posteriores e reconstruções indefinidamente renovadas.

de determinadas relações conforme as categorias destacadas.

Explicitando a problemática subjacente à construção das categorias, aceitando e demonstrando que as classificações são arbitrários, são virtualidades que asseguram condição à produção de certo conhecimento, o analista faz profissão de fé de sua demissão ao positivismo. Procura defender a credibilidade de sua interpretação, acreditando ele mesmo e fazendo acreditar aos que deseja convencer, que números, índices, médias, categorias, conceitos não são retratos do que se quer demonstrar.

Tanto na busca da diversidade como na da similitude, está em jogo um princípio de equivalência sob uma certa relação. A comensurabilidade e a descrição das relações sociais não se constituem propriedades dos objetos investigados, mas qualidades que lhes atribui o pesquisador. O que está em jogo na demonstração não é o que foi observado mas algumas de suas características valorizadas pelo ponto de vista que se pretende interpretativo.

Em qualquer dos casos, o fundamental é a definição operatória ou o como a interpretação foi construída. O analista define um modelo conceitual e a partir dele clas-

sifica e quantifica. Portanto, a questão subjacente é a definição dos termos que orienta a classificação e a quantificação.

A Unidade Familiar de Produção: Generalização ou Especificidade?

Algumas considerações em torno do termo unidade familiar de produção podem ser elucidativas dos constrangimentos inerentes à classificação e da necessidade de explicitação das inclusões e exclusões contidas nos termos referenciais.

A caracterização unidade familiar de produção pauta-se num sistema classificatório construído a partir de adjetivações dicotomizadas, cujo termo contraposto é a unidade capitalista de produção agrícola ou empresa capitalista. Submissas a uma perspectiva de raciocínio dualista, tipológico e ordenador (homogeneizador) da heterogeneidade, as valorizações das características de cada unidade fundamentam-se na descontinuidade e na polaridade. A contraposição por vezes é tão acentuada que o conhecimento de um tipo pressupõe a caricaturação do outro; ou o seu desconhecimento como forma específica de organização da produção.

Assim, à unidade capitalista são atribuídas características como: trabalho assalariado, apropriação de mais-valia, reprodução ampliada, ações orientadas pela perseguição do aumento da produtividade e da rentabilidade. À unidade familiar de produção, o trabalho familiar, as formas de resistência sobre a apropriação de excedentes via mercado, as ações orientadas para atendimento da reprodução da unidade familiar e da condição de proprietário dos meios de produção e produtor direto, a busca de autonomia, a minimização da dependência do mercado, a defesa do autoconsumo e, em certos casos, a resistência à pauperização ou à proletarianização.

A adoção desse raciocínio classificatório para compreender a atividade agrícola corresponde à incorporação de uma série de questões, impostas como temáticas obrigatórias de entendimento. Ao enquadrarem a compreensão, tais questões dificultam as rupturas e a emergência de outras perspectivas de interpretação⁶.

Um dos problemas decorrentes dessa postura aparece pela contraposição de uma racionalidade econômica, atribuída à empresa capitalista, a uma racionalidade social, consagrada à unidade familiar de produção ou à unidade de produção camponesa. Essas raciona-

• • • • •
⁶ Dentre as questões obrigatórias nas análises sobre as unidades familiares de produção, decorrentes dos princípios de pensamento e da visão social que norteiam o campo intelectual, podem ser destacadas: extinção ou persistência das unidades familiares de produção quando embebidas num sistema capitalista; acumulação primitiva, acumulação capitalista, diferenciação sócio-econômica e apropriação dos pequenos produtores; excentricidade ou funcionalidade da pequena produção quando subordinada ao capital; perda ou reprodução da especificidade das relações sociais que elas põem em jogo.

lidades ou essas formas de correlação entre meios e fins são muitas vezes consideradas como os dois únicos modos de articulação das ações; como duas exclusivas e contrapostas formas de atribuição de sentido às ações sociais. Para alguns autores, aparecem contrapostas e nomeadas como racionalidade capitalista e racionalidade camponesa.

A crença na existência de duas únicas formas de racionalidade e, mais que isto, na possibilidade de objetivação de uma racionalidade puramente econômica⁷, baseia-se também na convicção sobre um evolucionismo linear, que expurga da esfera da produção, nas situações de dominação capitalista, a sociabilidade, as relações personalizadas, a reciprocidade, a interdependência entre regras que orientam diversos domínios da vida social (didaticamente ou do ponto de vista da concorrência entre objetivos das disciplinas científicas, subdivididos em econômico, político, familiar, religioso etc.). A racionalidade social, por isso mesmo qualificada como camponesa, viceja num mundo supostamente apartado dos valores e das representações que orientam as práticas nas sociedades capitalistas. E

se reproduz porque aqueles que são dela portadores estão embebidos em relações personalizadas, submetidos ao controle das regras familiares e do parentesco e resistem à integração ao sistema social abrangente, vivendo, quiçá, sob o manto da tradição.

Se é fato que uma empresa capitalista para se reproduzir deve ter suas atividades orientadas pelo aumento da lucratividade, pela reprodução ampliada, esses princípios não podem ser confundidos com os meios colocados em prática para atingi-los. O predomínio de um tipo de cálculo não implica que ele seja exclusivo, mas que ele tenda a se apresentar como referência recorrente e abrangente. As relações de produção e de trabalho capitalistas coexistem com outras tantas construídas a partir de diferentes referenciais, pressupondo diálogo e rearranjos⁸.

Para que as duas unidades de produção pudessem ser entendidas dentro dessa dicotomia, seria pelo menos necessário que elas, metodologicamente, estivessem submetidas a questionamentos equivalentes. Seria necessário que se buscassem, em ambas, as diversas formas de ordenação das ati-

vidades e a coexistência de múltiplas racionalidades sociais⁹.

A polarização das concepções sobre a diversidade das formas de organização pressupõe ainda que as unidades de produção agrícola operem como um sistema coeso e coerente de representações e atitudes e de imposição de regras e de princípios¹⁰. E com a gravidade de essas regras e princípios serem construções do pesquisador ou revelações de suas opções políticas e ideológicas.

Um outro problema decorrente da adoção das unidades de produção como objeto de estudo deriva da conceituação restrita que lhe subjaz. No caso das chamadas unidades familiares de produção este reducionismo se agrava em face da circunscrição que o adjetivo familiar tende a lhes impor. Elas são estudadas da perspectiva da produção imediata e não da produção social. O processo de circulação, momento de mediação entre as diversas unidades de produção, é quase sempre secundarizado. E esta secundarização não é inocente, porque seu entendimento implicaria o estudo a partir do jogo de forças, da luta de classes, das modalidades de concorrência pelo

• • • • •

⁷ Para uma crítica à noção de racionalidade econômica, ver Godelier, s/d.

⁸ Os estudos realizados sobre as formas de dominação presentes numa empresa demonstram os diversos meios de legitimação do exercício do poder e da autoridade, alcançados por recursos que podem se contrapor aos cálculos da busca da lucratividade; orientados por desvios de percurso que permitam seu alcance.

⁹ O trabalho é sempre um ato múltiplo. No caso de ser ele realizado pelo grupo familiar, as intercessões saltam aos olhos. Contudo, orientar-se por pré-noções – ou pelo que a legitimação das formas disciplinares que viabilizam a apropriação do trabalho excedente na empresa deseja fazer crer aos trabalhadores – é se manter nesse mesmo nível ou produzir conhecimento enquanto sistematização de ideologia.

¹⁰ Sobre essa mesma crítica, ver Musumeci, 1988.

controle da parte da renda ou do lucro, que comumente são parcialmente apropriados por outros setores ou segmentos da sociedade. Quando as relações de mercado aparecem no estudo das unidades familiares de produção estão limitadas a alguns tipos de circuito. Enfatizam-se geralmente: o mercado de produtos e a relação desigual de troca. Por isso, conclui-se de imediato que o produtor agrícola, vendendo mercadorias por baixos preços e adquirindo produtos de alto valor, submete-se a uma acentuada transferência de parte da produção excedente. Ressaltam-se a subordinação, a intermediação e as estratégias adotadas para minimizar os efeitos dessas imposições. Outras vezes destaca-se a vinculação ao mercado de trabalho, mas olhada do ponto de vista da necessidade de venda de força de trabalho pelo produtor, para completar os recursos financeiros necessários à reprodução do processo produtivo ou da família.

A postura metodológica que secundariza ou se nega a pensar as relações dos produtores ditos familiares com o processo de circulação se ancora na atribuição de sentido às ações. Desta perspectiva, abandona-se o entendimento sobre as motivações desses produtores na luta pelo acesso a determinados recursos e serviços, a bens simbólicos e culturais. O consumo improdutivo é descartado e, numa inversão dos princípios da análise, os produtores são reduzidos a agentes econômicos no sentido

restrito.

Assim sendo, as unidades de produção são entendidas pelas determinações internas, pelas características e necessidades próprias e subtraídas da interdependência com outros princípios de ordenação social. São entendidas pela constrição ao setor agrícola, se enfatizado o aspecto produtivo, e ao “mundo rural”, se destacado o estilo de vida ou os valores culturais.

Por fim, o estudo das unidades de produção se orienta por análises orgânicas que compreendem a economia e a organização da sociedade como relação entre unidades sociais básicas. Esta perspectiva de compreender o social é incoerente com os princípios que desejam ser demonstrados.

Na impossibilidade de analisar de forma mais detalhada todas as implicações acima apontadas, vou pôr em relevo as pressuposições e as conseqüências da compreensão dessas unidades pela contraposição entre trabalho familiar e assalariado.

Trabalho familiar e trabalho assalariado

A caracterização da unidade familiar de produção pela falta de salário ou pelo uso do trabalho familiar como distinção básica frente à unidade de produção capitalista, ao polarizar essas distinções no sentido de precisar as diferenças,

mantém a suposição da existência dessas duas únicas formas de organização da produção agrícola. Do ponto de vista destas distinções, ora o trabalho assalariado por si só caracteriza as relações de produção capitalistas; ora ele é minimizado para representar apenas o complemento do trabalho familiar.

Tais distinções poderiam até servir de critérios em outros contextos, quando as unidades de produção qualificadas como camponesas apresentavam uma tendência a produzir basicamente para o autoconsumo, colocando e adquirindo pequena quantidade de produtos no mercado. Esses contextos eram (economicamente) caracterizados pela externalidade dos princípios de mercado em relação aos fatores de produção, porque o mercado capitalista não estava constituído.

Muitos dos estudos consagrados à produção camponesa foram elaborados a partir de observações empíricas vigentes nesse contexto¹¹. Estes autores estavam geralmente referidos a famílias extensas ou a grupos domésticos. A coexistência de várias gerações nessas famílias possibilitava uma incorporação mais ampla e diversificada dos seus membros produtivos. Resulta desses fatores o destaque da presença do trabalho familiar e da importância de um certo padrão de relações internas que articulava seus membros como um grupo. E quando tais autores pensaram as mu-

• • • • •
• ¹¹ Cf Chayanov, 1966, Galeski, 1972, Lenin, 1974.

sideradas capitalistas, elas devem operar a partir da oposição entre trabalho e capital e reproduzir essa relação de classe. A vinculação do trabalhador direto aos meios de produção se estabelece no mercado pela transformação de sua força de trabalho em mercadoria e do trabalhador em trabalhador livre.

Não é demais lembrar ou é até importante recordar¹⁵: não é o dinheiro que, por sua natureza, estabelece a função de capital. O fato de o dinheiro apresentar-se como meio de pagamento de uma atividade humana cujo efeito útil é um serviço não significa que esteja operando como capital. O dinheiro só pode ser gasto sob essa forma por estar a força de trabalho dissociada de seus meios de produção. A existência da relação é que permite a transmutação da função monetária numa função de capital¹⁶.

Para que o proprietário dos meios de produção se aproprie do trabalho excedente e a renda obtida se transforme em capital, torna-se necessário ainda que o volume desses meios suporte uma produção equivalente ao tempo necessário à reprodução do trabalhador e uma parte excedente; e que o valor gerado na produção seja revalorizado. Marx, ao tratar do

ciclo capital–dinheiro e ao analisar as condições em que o capitalista aparece como comprador de mercadorias, entre elas a força de trabalho, aponta para a adequação necessária entre a quantidade e o tamanho dos meios de produção e o emprego da massa de trabalho¹⁷. Nem sempre o valor adiantado sob a forma de dinheiro se transforma em capital, em valor que produz mais-valia, estando então ausente uma das características da produção capitalista.

Na análise de situações empíricas, em muitas das unidades de produção em que o trabalho assalariado é o gerador básico do produto agrícola, o valor financeiro obtido por tal produção pode ser apropriado visando complementar os meios de reprodução da força de trabalho do produtor relativamente expropriado. Pode ser apropriado como renda não valorizada, isto é, não capitalizada, gasta no consumo produtivo e improdutivo do proprietário. E pode ser apropriado enquanto renda transformada em capital e viabilizadora da reprodução ampliada da unidade de produção.

O produtor que se dedica à venda da força de trabalho de forma temporária ou permanente e que conta com o trabalho assalariado

para viabilizar as condições técnicas de produção não consegue se apropriar do trabalho excedente. Se sua unidade de produção não atende nem à reprodução básica de sua família, ela não gera produto excedente (no sentido daquele além do necessário à reprodução da força de trabalho).

Nessas unidades, o que ocorre é certa redistribuição do uso dos meios de produção que geram trabalho necessário ou reprodução dos meios de vida de vários trabalhadores. O pagamento dos trabalhadores se realiza a partir da poupança de parte do salário obtido ou pelo adiantamento de parte do rendimento, auferido na produção agrícola, que complementa seu salário¹⁸.

No caso de unidades de produção em que os proprietários se reproduzem a partir do rendimento nelas gerado, este pode ser superior à reposição dos pressupostos da produção – consumo produtivo e improdutivo (definidos socialmente). Todavia, este rendimento pode não ser reproduzido enquanto capital porque ele não lhes permite a expansão dos meios de produção¹⁹; ou porque não é o objetivo dos produtores. É importante destacar ainda que o uso do trabalho assalariado, em muitos ca-

• • • • •

¹⁵ Nesses tempos de demolição político-emocional das referências à teoria marxista.

¹⁶ Cf Marx, 1970, L. 2, Vol. III:35.

¹⁷ Cf Marx, 1971: 812.

¹⁸ Ver, por exemplo, Neves, 1981.

¹⁹ A expansão dos meios de produção não resulta apenas do ato de vontade do proprietário. Depende do jogo de forças e concorrência no acesso a estes meios, da relação entre o valor a eles atribuído e a produtividade, entre esse valor e a renda que conjuntamente os proprietários estejam conseguindo auferir. Menos que um ato de vontade, é efeito da luta de classes.

tos, não se configura como resultante de um projeto que visa ampliar a renda ou a expansão dos meios de produção²⁰. Ele pode resultar de imposições de técnicas de produção, que inviabilizam o trabalho familiar²¹.

O uso mais amplo de trabalho assalariado por produtores que participam diretamente do processo produtivo não autoriza a suposição de uma tendência no sentido da expansão das relações capitalistas a nível mais geral. Pelo contrário, as alternativas criadas pela imposição de um padrão técnico – que implica a dependência do mercado de trabalho e de serviços para aquisição de determinadas condições de produção – podem conduzir ou aumentar a pauperização mas assegurar a manutenção produtiva das pequenas propriedades. Coloca assim limites à formação do trabalhador livre. Da mesma forma, a sazonalidade das atividades agrícolas pode estimular a manutenção de unidades produtivas diminutas pelos trabalhadores assalariados. Esta própria manutenção viabiliza a constituição de um mercado de trabalho específico, de oferta e demanda regularmente descontínuas, na medida em que contribui para a formação de um fundo de consumo necessário à reprodução desse trabalhador (regularmente temporário) nos períodos de desempre-

go. Deste modo, libera os proprietários e os empregadores de gastos com meios de imobilização de uma força de trabalho absorvida irregularmente ou descontinuamente transformada em mercadoria.

A compreensão dessa forma de vinculação coloca novos problemas para o entendimento dos usos diversos do trabalho familiar. Tem se constituído em afirmação consagrada entre os pesquisadores da chamada produção agrícola familiar que o trabalho dos membros da família constitui uma possibilidade de barateamento máximo do valor do uso deste recurso produtivo. Contudo, a luta dos produtores agrícolas no sentido de alcançar determinados padrões sociais de consumo improdutivo – ou de adotar estilos de vida socialmente consagrados para os membros de sua família – tende a aumentar os gastos com a reprodução de seus trabalhadores. Nesta reprodução estão incluídas a escolarização, determinadas formas de sociabilidade e de apresentação social, incorporação de certos eletrodomésticos como instrumentos de acesso a bens culturais e expressivos da posição social, para citar as incorporações mais flagrantes²².

Outrossim, a manutenção de membros da família diante do trabalho agrícola sazonal pode am-

pliar ainda mais o valor da reprodução dos membros produtivos. O chefe da unidade familiar, pelos deveres frente aos membros que lhe são afiliados, tem obrigação de assegurar a reprodução, independentemente da ausência de consumo produtivo da força de trabalho ou de sua improdutividade. A imposição de patamares reduzidos de reprodução, dado o rendimento alcançado pela unidade de produção, tem sido contraposta pela vinculação dos membros da família ao mercado de trabalho agrícola ou de outros setores produtivos, através inclusive da migração. A administração de uma unidade produtiva sob tal precariedade, tem sido preterida em nome da proletarização “espontânea”. Por isso mesmo, em face da orientação dos produtores pela referência aos valores ditados pelas regras de concorrência no mercado, eles podem optar pelo uso amplo e até exclusivo do trabalho assalariado como forma de reduzir o custo de produção. Esta opção pode também assegurar condições mais adequadas de competitividade na oferta de mercadorias que se igualam em termos de valor e que são irreconhecidas em termos de procedência, quando chegam ao mercado de produtos. Nesse caso, o uso amplo de trabalhadores assalariados em substituição ao trabalho familiar constitui uma das estratégias de reprodução desse produ-

• • • • •

²⁰ Para a compreensão das afirmações acima apontadas segundo um caso concreto, consultar Neves, 1981 e 1988.

²¹ A relação entre mecanização das atividades agrícolas e possibilidades de uso do trabalho familiar varia em cada situação. Para um caso positivo, consultar Lovisoló, 1988; negativo, ver Neves 1981, 1988.

²² Cf. Neves, 1988: conclusão.

tor sob tais condições de produção social; ou constitui uma das alternativas de reprodução dessa forma de organização social do trabalho, em que pelo menos um dos membros da família ou o proprietário dos meios de produção está vinculado diretamente ao processo produtivo.

O uso de trabalhadores assalariados também pode se dar através de equipes especializadas na prestação de serviços que não agregam trabalhadores livres. Essas equipes por vezes se constituem pelos próprios produtores, visando adequar o número de trabalhadores necessários à intensidade requerida pelos instrumentos mecanizados. Elas não se organizam assim a partir de formas de trabalho capitalistas. Além de os trabalhadores não serem livres, relacionam-se como iguais que trocam serviços, mesmo que mediado pelo pagamento do salário e mesmo que esse valor tome como referência aquele alcançado no mercado de trabalho organizado sob a forma capitalista²³.

O trabalho assalariado pode ser utilizado por produtores diante da opção de se dedicar a outra atividade que melhor lhes remunere ou que permita a ampliação do rendimento. E esta ampliação pode se dar em atividades que impliquem a revalorização do rendimento agrícola, como, por exemplo, o comércio. Neste caso, o pagamento dos trabalhadores extra-familiares

não pode ser compreendido pelo aumento dos custos de produção ou pela pauperização do detentor da unidade produtiva. Este uso viabiliza a ampliação da renda e a revalorização de pequenos capitais postos em circulação nos circuitos comerciais. O objetivo e a resultante dessa opção podem se traduzir em projetos de expansão dos meios de produção.

Entretanto, o fato de o produtor estar pondo em prática um processo lento de constituição de pressupostos que assegurem a expansão dos meios de produção não significa, necessariamente, que seu objetivo seja o de se tornar um capitalista; ou que o contexto político e econômico lhe permita concretizar tal projeto. Esta tendência pode se reverter em alternativas futuras de utilização do trabalho familiar ou na criação de melhoria de condições sociais de vida para a família, isto é, no aumento do consumo improdutivo. Pode também se reverter em face do resultado de outros processos em curso, que impliquem a descapitalização, a desvalorização da mercadoria, a supervalorização do preço da terra e dos equipamentos necessários à sua utilização produtiva, entre outras tantas destas possibilidades.

O trabalho familiar pode estar inviabilizado e substituído por trabalhadores assalariados temporários em virtude de determinações do ciclo de vida da família, fato

comum nas unidades de produção cujos proprietários têm filhos pequenos ou são pessoas idosas ou mulheres solteiras ou viúvas. Estas condições podem conduzir ao uso insuficiente dos meios de produção, à baixa produtividade e à diminuição do rendimento.

A tentativa de ampliar a escolarização dos filhos e de os credenciar sob melhores condições para inserção no processo produtivo também pode estimular o uso mais amplo do trabalho assalariado. Estes estímulos podem resultar das pressões sobre a ampliação dos gastos financeiros que a escolarização e os recursos subjacentes tendem a acarretar. Por exemplo, os gastos extras que a migração do filho estudante ou do filho trabalhador pressupõe, na busca de instituições escolares mais adequadas ou de mercados de trabalho mais diversificados e dinâmicos.

O trabalho familiar também pode se encontrar amplamente utilizado nas unidades de produção que conseguem melhor controle do volume dos meios de produção. Seja pela extensão de terra possuída, seja pela propriedade de instrumentos mecanizados e de transporte, seja pela diversidade da produção mercantil, a combinação desses fatores pode assegurar o uso pleno e diversificado dos trabalhadores familiares e sua reprodução como produtor livre.

Longe de apontar para uma

• • • • •

²³ Para compreensão dessa modalidade de agregação através de estudo de caso, ver Neves, 1981, capítulo 7.

correspondência entre menor área de terra e presença de trabalho familiar, como querem alguns autores, a correlação é inversa. Pode-se concluir então que a escassez de fatores de produção atinge as possibilidades de utilização do trabalho familiar.

O caráter familiar como especificidade?

Num determinado nível, as unidades de produção revelam mais posições ocupadas, a valorização de determinadas alternativas ou opções do que propriamente situações estruturais definidas e definitivas. A expansão dos meios de produção pode se constituir em projeto temporário, visando atingir determinados fins sociais que não somente reproduzir em escala ampliada o capitalista. Assim, o uso do trabalho familiar ou do trabalho assalariado ou os dois complementarmente pode se constituir em respostas provisórias a determinadas conjunturas, frente a situações específicas que a unidade familiar esteja vivendo.

O reconhecimento do caráter familiar de algumas unidades de produção – ou seja, do peso de projetos e valores que orientam as

relações familiares e de sua interferência nas formas de gestão ou de operação da unidade produtiva – pode ser importante no sentido de compreender os objetivos sociais gerais que referendam ou orientam as práticas dos atores, não redutíveis a agentes econômicos que visam acumular, fugir do assalariamento, secundarizar os efeitos da mercantilização ou reproduzir-se enquanto produtor livre etc. O funcionamento pleno da unidade de produção pode não ser o objetivo maior da unidade familiar. Pelo contrário, ela pode sofrer restrições, de modo a corresponder aos projetos traçados²⁴. Outrossim, sua reprodução, em certos contextos, pode se apresentar como estorvo para a família ou para aqueles que são eleitos para esse dever. Ao invés de um privilégio, constituir-se um “castigo” para aqueles filhos que devem permanecer nessa atividade produtiva ou perpetuar a transferência do patrimônio geração à geração²⁵.

Não constituem especificidade das unidades familiares da produção agrícola os arranjos internos que viabilizem a adequação dos recursos financeiros à hierarquia do consumo; aos projetos de melhoria das condições de vida. Nem a ampliação dos esforços produtivos

dos membros trabalhadores da família diante de rendimentos inadequados. Portanto, admitir que o caráter empresarial que certas unidades produtivas incorporam se oponha ao caráter familiar de outras delas implica, no mínimo, considerar que exista uma racionalidade econômica pura e não racionalidades sociais quanto às formas de operacionalização de quaisquer das modalidades de unidades produtivas. A busca do aumento do lucro e da rentabilidade supõe outras determinações sociais e por vezes outras justificativas.

Tomar o caráter familiar como grande traço distintivo ou determinante, longe de ampliar a compreensão, a reduz. Julgar que os objetivos sociais dos membros da família sejam apenas sua reprodução é colocá-los num patamar restrito de sobrevivência, é pensá-los uniformemente próximos à privação. É associar pequena produção agrícola à pobreza. Constitui também uma postura idealista que valoriza apenas a harmonia familiar, geralmente posta em destaque exatamente para administrar o conflito de interesses. Considerar que os membros da família mantenham tamanha dedicação e fidelidade à salvaguarda do seu patrimônio produtivo é apartá-los de

²⁴ Cf Velho, 1978:277-295; 1982:9-28.

²⁵ Alguns dos princípios de análise que são recorrentes entre nós para estudar as unidades de produção e especialmente as ditas *familiares*, como venho considerando, impedem de perceber os projetos que negam a reprodução dos pequenos proprietários de terra como produtores autônomos ou camponeses. Sobre a análise empírica dessa situação, ver o estudo de um caso francês apresentado por Carneiro (1993), em que um dos méritos é a relativa libertação de amarras políticas e ideológicas que impõem vesgas perspectivas. Desfrutando de condições potencialmente mais objetivas de estranhamento para realização da pesquisa, ela enfatiza os efeitos dos desejos de abandono da atividade, motivados pela desvalorização do trabalho agrícola e dos constrangimentos que a propriedade da terra impõe. Estas questões foram anteriormente sugeridas por Velho, em diversos dos seus textos dedicados ao estudo da agricultura (cf. 1978, 1982).

outros valores e visões ideológicas, geralmente conflitantes ou contraditórios; é desconsiderar outros domínios aos quais eles se encontram interligados e submetidos ou negar outras instâncias de reconhecimento e de distinção sociais, outras alternativas de acesso ao rendimento. Enfim, valorizar o caráter familiar como forma de reconhecimento do caráter social da produção é tomá-lo como domínio mutilado, pois que as análises sobre essas unidades de produção não devem valorizar um único sentido (econômico ou familiar) e abandonar a articulação entre representações, ideologia e prática social.

O entendimento da articulação entre princípios de organização da produção e do trabalho, em face de projetos familiares, tem o mérito de ultrapassar visões deterministas que pressupõem a subordinação dos interesses dos membros da família à reprodução da unidade de produção. No entanto, reduz as razões e os sentidos das ações econômicas e políticas, subordinando a importância das pressões advindas do jogo de forças que substancia a produção social ou os efeitos de interesses conflitantes e concorrentes que estão por trás das ações produtivas²⁶.

Por fim, é bom destacar, a noção de unidade nem sempre é a melhor forma para pensar o social. A posição dos agentes e sua diferenciação podem ajudar a entender as novas exigências e estilos de

vida que conduzem às mudanças: tanto nas unidades familiares como nas unidades de produção; tanto no sistema local como na intercomunicação, nas formas diversas de inserção social. E, em decorrência, podem também ajudar a ultrapassar o estudo da agricultura pela agricultura ou apartada de suas intercessões com outros setores produtivos.

As considerações acima apresentadas valorizam a diversidade e a diferenciação sociais. A análise se enriquece pela incorporação dos múltiplos significados e complexidades, mas perde em termos de formulação de conceitos viabilizadores da compreensão genérica, de fenômenos amplos, que, para assim os produzir, abre mão do diverso em troca das tendências e da imposição de características abstratas. Portanto, se as generalizações pautam-se em imprecisões, o arbitrário da supervalorização deve sempre estar relativizado.

A construção de generalizações dos fenômenos tende quase sempre a responder a demandas advindas de outros movimentos da sociedade, revelando outros atributos das ciências, qual seja o de dialogar com as pressões políticas que disputam legitimidade e hegemonia em termos de projeto para a sociedade. Se esta relação é constitutiva da ciência, importante para a construção e a reprodução de estoques de temas e problemas, cabe ao analista também incorpo-

rá-la enquanto parte de seu *métier*. Contudo, a partir da reformulação das questões sociais em questões sociológicas.

Bibliografia

- BESSON, Jean-Louis – “As estatísticas: verdadeiras ou falsas?”
BESSON, Jean-Louis (org) – A ilusão das estatísticas. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995: 25-71.
- BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude y PASSERON, Jean-Claude – El oficio de sociólogo. Presupuestos epistemológicos. Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1975 (17ªed.):51-97.
- BOURDIEU, Pierre – O poder simbólico, Difel, 1989.
- CARNEIRO, Maria José Teixeira – Les paysans de Sept Laux (L Isère). La construction d’ un nouvel ordre social. Thèse de doctorat, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, mimeo.,1993.
- CERNEA, Michael – Macrosocial change, feminization of agriculture and peasant women’s threefold economic role”, *Sociologia Ruralis*, Vol. XVIII, N. 2/3, 1978:107-123.
- CHAYANOV, Alexander V. – The Theory of Peasant Economy. The American Economic Association, Illinois, Irwin, 1966.
- CHIBNIK, Michael “The Use of Statistics in Sociocultural Anthropology”, *Annual Review of An-*

• • • • •
• ²⁶ Para aplicação desses pressupostos metodológicos num estudo de caso, ver Soares, 1981.

- thropology, Vol. 14, Califórnia, Annual Review Inc., 1985:135-157.
- CICOUREL, Aaron – “Teoria e método em pesquisa de campo”. GUIMARÃES, Alba Zaluar – Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975:87-122.
- COMBESSIE, Jean-Claude – La méthode en sociologie. Paris, Éditions La Découverte, 1996.
- FOUCAULT, Michel – História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições do GRAAL, 1977.
- GALESKI, Boguslaw – Basic Concepts of Rural Sociology. Manchester, Manchester University Press, 1972.
- GODELIER, Maurice – Racionalidade e Irracionalidade na Economia. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, s/d.
- GLUCKMAN, Max – “Introduction”, The Craft of Social Anthropology, New York, Epstein A.L. Editores, 1967: XI-XX.
- LENIN, Vladimir Ilich – Le Développement du Capitalisme en Russie. Paris, Éditions Sociales, 1974.
- LOVISOLO, Hugo Rodolfo – Terra, Trabalho e Capital: produção familiar e acumulação. Campinas, Editora da UNICAMP, 1989.
- MALINOWSKI, Bronislaw – “Objeto, método e alcance desta pesquisa”. GUIMARÃES, Alba Zaluar – Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975:39-62.
- MARX, Karl – O Capital. Livro I, vols I e II. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971. Livro II, Vol. III, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970.
- MITCHELL, J. Clyde – “On Quantification in Social Anthropology”, The Craft of Social Anthropology, New York, EPSTEIN, A.L. (ed.), 1967: 17-45.
- MUSUMECI, Leonarda – Pequena Produção e Modernização da Agricultura: o caso dos hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1987.
- MUSUMECI, Leonarda – O Mito da Terra Liberta. São Paulo, Vértice Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1988.
- NEVES, Delma Pessanha – Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- NEVES, Delma Pessanha – Engenho e Arte. Estudo do processo de interdependência entre agricultura e indústria, na Região Açucareira de Campos (RJ), a partir do ponto de vista dos fornecedores de cana. Tese de Doutorado apresentada ao PPGAS/Museu Nacional/UFRJ., 1988.
- NEVES, Delma Pessanha – Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista. Niterói, EDUFF/UFRJ, 1996 (no prelo)
- PELTO, Pertti J. & PELTO, Gretel H – Anthropological Research. The structure of inquiry. Cambridge, Cambridge University Press, 1978.
- SOARES, Luiz Eduardo – Camponato: Ideologia e Política. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- THOMPSON, E.P. – A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987, vol. II.
- VAN VELSEN, J. “The Extended-case Method and Situational Analysis”. The Craft of Social Anthropology, New York, EPSTEIN, A.L. Ed., 1967.
- VELHO, Octavio Guilherme – “Camponato e Política”, Anuário Antropológico 77. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978: 277- 297.
- VELHO, Otávio Guilherme – Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.